

58 outorga de uso dos recursos hídricos, continuam sendo tratados de forma totalmente
59 separada, mesmo quando a mineração é feita em leito de rio ou reservatório. Em seguida,
60 complementou sua explanação sobre a linha de trabalho da Câmara Técnica, reforçando a
61 criação de três Grupos de Trabalho (GT) dentro da mesma. Continuou dizendo que o Dr.
62 Diógenes é o coordenador do Grupo II denominado Outorga de Acumulações no qual se
63 pretende tratar, através de resoluções ou outra forma legal, da integração da operação de
64 reservatórios com finalidade de usos múltiplos localizados ou não em rios que envolvam
65 vários segmentos de usuários. A Dra. Leila falou também sobre o GT III – Outorga de
66 Qualidade e Quantidade, comentando que o mesmo irá tratar da integração quantidade e
67 qualidade e sobre o GT I – Outorga de Mineração, que irá tratar sobre procedimentos de
68 integração entre recursos hídricos e o setor de mineração. Finalizando, a Dra. Leila
69 agradeceu a presença de todos e em especial, dos palestrantes, ensejando que desses
70 encontros resulte um documento que possa auxiliar todos os Estados do Brasil nesta questão
71 de integração de procedimentos, ações de outorga e ações reguladoras. Passou então a
72 palavra ao Dr. Diógenes, desculpando-se, mais uma vez, por ter que se ausentar no meio das
73 apresentações. O Dr. Diógenes iniciou cumprimentando a todos e, com relação ao programa
74 de palestras previsto, comentou que pretendia contar com um palestrante projetista da área
75 de reservatórios, mas que suas tentativas junto a duas grandes empresas de consultoria do
76 setor foram infrutíferas. Dando continuidade e referindo-se agora ao tema Hidrovia, relatou
77 que o contato efetuado com a Secretaria de Transportes de São Paulo resultou na indicação
78 do Dr. Rosseto como palestrante o qual, na última hora, não pôde comparecer, justificando-
79 se por reuniões relativas à crise de energia. Assim sendo, o Dr. Diógenes, em contato de
80 urgência com o Dr. Martinho, do Ministério dos Transportes, conseguiu a indicação do Dr.
81 Borato o qual, estando de viagem para Belo Horizonte (local desta reunião), se prontificou a
82 participar, mesmo sem estar de posse de material adequado para uma apresentação. O Dr.
83 Diógenes prosseguiu referindo-se ao contato feito com o ONS, a qual indicou o Dr. Lattari,
84 e também sobre o contato com a SABESP que, por sua vez, se fez representar pelo Dr.
85 Hélio Castro. O Dr. Diógenes finalizou esse assunto agradecendo às instituições pela
86 presença dos respectivos palestrantes, acima citados, e solicitou ao Dr. Borato que iniciasse
87 sua apresentação, a qual tratou do assunto hidrovias, com destaque para hidrovia do São
88 Francisco. Em seguida, aconteceu a apresentação do Dr. Guilhon, em substituição ao Dr.
89 Lattari, o qual discorreu sobre a operação de reservatórios pelo ONS. Na apresentação
90 seguinte, o Dr. Hélio Castro tratou dos reservatórios do sistema SABESP. Como última
91 apresentação, o Dr. Diógenes Mortari discorreu sobre o tema vazões remanescentes. Ao
92 final, devido ao avanço da hora, não foi possível discutir e aprovar a Ata da reunião
93 anterior, o que levou o Dr. Roberto Monteiro a solicitar a todos que apresentassem as suas
94 sugestões ou alterações à Ata através de e-mail dirigido ao Dr. Walter, da SRH, encerrando-
95 se a seguir a reunião.

96
97
98 Leila de Carvalho Gomes
99 Presidente

Roberto Alves Monteiro
Relator

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**
2 **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**
3 **REALIZADA NO IGAM, EM BELO HORIZONTE/MG.**
4
5

6 **DATA:** 21/06/2001 **Início:** 9:30 hs **Término:** 18:00 hs
7

8 **PARTICIPANTES :**

9 Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
10 Ministério do Transportes: José Humberto Borato Jabur
11 ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
12 Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejanebs@zaz.com.br)
13 Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
14 Setor hidroviário - ABANI: José Di Bella (di_bella@uol.com.br)
15 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Recursos Hídricos:
16

17 **CONVIDADOS:**

18 Antonio Carlos Coronato (drh@daee.sp.gov.br)
19 Armando de Queiroz Teixeira Neto (armando@dnpm.gov.br)
20 Célia Maria Brandão Frões (celia@igam.mg.gov.br)
21 Célia Cristina M. Pimenta (celiacristina@terra.com.br)
22 Dário Moraes de Almeida (dnpm-sc@matrix.com.br)
23 Demetrios Christofidis (dchristofidis@bol.com.br)
24 Diane Rangel (diane.rangel@ana.gov.br)
25 Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
26 Hélio Luiz Castro (heliolcastro@sabesp.com.br)
27 Lourival Cruz Diniz Filho (diniz@dnpm.gov.br)
28 Luiz Guilherme Ferreira Guilhon (guilhon@ons.org.br)
29 Luiz Novais de Almeida - (61) 218.2417
30 Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cvrld.com.br)
31 Maria Manuela M. A. Moreira (frank.souza@mma.gov.br)
32 Nazareno Mosyarda Neto (bph@daee.sp.gov.br)
33

34 **RELATOR:**

35 Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
36

37 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**
38

39 A Dra. Leila cumprimentou a todos e, antes de iniciar os trabalhos desta Câmara Técnica
40 Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras
41 (CTPOR) pelo primeiro item da pauta, referente à análise e aprovação da ata da 11ª Reunião
42 desta CTPOR; sugeriu que fosse feita uma inversão da referida pauta distribuída a todos, em
43 função de sua preocupação com o tempo escasso e com o retorno dos convidados
44 palestrantes aos seus respectivos Estados. Salientou que, desta forma, os convidados fariam
45 suas apresentações e ao final das mesmas, seriam apreciadas a análise e aprovação da ata da
46 última reunião. E ainda, se desculpou em não poder participar da reunião até o final da
47 tarde. Em seguida, informou que a condução dos trabalhos seria feita pelo Dr. Diógenes e
48 explicou aos presentes qual o escopo do trabalho que se pretende fazer. A Dra. Leila
49 explicou os trabalhos da CTPOR dizendo que a mesma objetiva a integração dos
50 procedimentos relativos a outorga, a nível nacional, estabelecendo resoluções ou qualquer
51 outro tipo de trabalho que possa vir a ser feito para ajudar a integração da gestão dos
52 recursos hídricos aos vários tipos de outorga e autorizações existentes. Salientou ainda que
53 isso não quer dizer que esta Câmara não discuta outros assuntos, como é o caso da Moção
54 que está sendo finalizada, a qual é o resultado da análise do Projeto de Lei (PL) que institui
55 a Agência Nacional de Mineração entre outras providências. Continuou dizendo que, na
56 Moção, é criticada a não citação, no referido PL, da questão das outorgas de uso dos
57 recursos hídricos. Continuou salientando que, no Brasil, esses dois assuntos, mineração e